

secular moderna a tal ponto que Karl Marx — que neste particular, como em outros, apenas resumiu, conceitualizou e transformou em programa as premissas subjacentes a duzentos anos de modernidade — pôde eventualmente predizer e alimentar esperanças quanto à «decadência» de toda a esfera pública. A diferença entre os pontos de vista cristão e socialista a este respeito — o primeiro vendo o governo como um mal necessário em virtude da natureza pecadora do homem e o outro esperando poder aboli-lo algum dia — não é uma diferença de avaliação da esfera pública em si, mas da natureza humana. O que é impossível perceber de um ponto de vista ou de outro é que a «decadência do estado» de Marx havia sido precedida pela decadência da esfera pública ou, antes, por sua transformação numa esfera muito restrita de governo. Nos dias de Marx esse governo já começara a decair ainda mais, isto é, a ser transformado numa «economia doméstica» de dimensões nacionais, até que, em nossos dias, começa a desaparecer completamente sob a forma da esfera ainda mais restrita e impessoal da administração.

Parece ser da natureza da relação entre as esferas pública e privada que o estágio final do desaparecimento da esfera pública seja acompanhado pela ameaça de igual liquidação da esfera privada. Nem é por acaso que toda a discussão veio a transformar-se num argumento quanto à desejabilidade ou indesejabilidade da propriedade privada. Pois a palavra «privada» em conexão com a propriedade, mesmo em termos do pensamento político dos antigos, perde imediatamente o seu caráter privativo e grande parte de sua oposição à esfera pública em geral; aparentemente, a propriedade possui certas qualificações que, embora situadas na esfera privada, sempre foram tidas como absolutamente importantes para o corpo político.

A profunda conexão entre o privado e o público, evidente em seu nível mais elementar na questão da propriedade privada, corre hoje o risco de ser mal interpretada em razão do moderno equacionamento entre a propriedade e a riqueza, de um lado, e a inexisten-

bilidade lembra mais a responsabilidade do chefe de família em relação à sua família do que a responsabilidade política propriamente dita. O preceito cristão de que cada um trate de sua vida provém de I Tes. 4:11: «e que procureis viver quietos e que trateis do vosso negócio» (*prattein ta idia*, onde *ta idia* é entendido como o oposto de *ta koina* («negócios comuns públicos»)).

cia de propriedade e a pobreza, de outro. Esta falha de interpretação é tão mais importuna quanto ambas, a propriedade e a riqueza, são historicamente de maior relevância para a esfera pública que qualquer outra questão ou preocupação privada, e desempenham, pelo menos formalmente, mais ou menos o mesmo papel como principal condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania. É, portanto, fácil esquecer que a riqueza e a propriedade, longe de constituírem a mesma coisa, têm caráter inteiramente diverso. O atual surgimento, em toda parte, de sociedades real ou potencialmente muito ricas, nas quais ao mesmo tempo não existe propriedade, porque a riqueza de qualquer um dos seus cidadãos consiste em sua participação na renda anual da sociedade como um todo, mostra claramente quão pouco essas duas coisas se relacionam entre si.

Antes da era moderna, que começou com a expropriação dos pobres e em seguida passou a emancipar as novas classes destituídas de propriedades, todas as civilizações tiveram por base o caráter sagrado da propriedade privada. A riqueza, ao contrário, fosse de propriedade de um indivíduo ou publicamente distribuída, nunca antes fora sagrada. Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública. Essa parte do mundo que tinha donos privados era tão completamente idêntica à família à qual pertencia⁵⁵ que a expulsão do cidadão podia significar não apenas o confisco de sua propriedade mas a destruição de sua própria morada.⁵⁶ A riqueza de um estrangeiro ou de um escravo não substituía, de modo algum,

55. Coulanges (*op.cit.*) afirma: «O verdadeiro significado de *familia* é propriedade: designa o campo, a casa, dinheiro, escravos» (p.107). Mas essa «propriedade» não é vista como ligada à família; pelo contrário, «a família é ligada ao lar, o lar é ligado à terra» (p.62). O importante é que «a fortuna é imóvel como o lar e o túmulo aos quais está vinculada. O homem é que passa e morre» (p.74).

56. Levasseur (*op.cit.*) disserta sobre a fundação de uma comunidade medieval e suas condições de admissão: «Il ne suffisait pas d'habiter la ville pour avoir droit à cette admission. Il fallait ... posséder une maison...» Além disso, «toute injure proférée en public contre la commune entraînait la démolition de la maison et le bannissement du coupable» (p.240, inclusive n. 3).